



GT 18. As encruzilhadas entre fazer sofrer ou devolver a dor nas teias governamentais do sofrimento

Coordenador(es):

Larissa Nadai (USP - Universidade de São Paulo)

Anelise dos Santos Gutterres (UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro)

Sessão 1 - Sobre fazer sofrer: o sofrimento como técnica e modo de governo

Debatedor/a: Everton de Oliveira (UEM - Universidade Estadual de Maringá)

Sessão 2 - Sofrimento como gramática: enredamentos entre política e práticas de existência

Debatedor/a: Adriana dos Santos Fernandes (UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

Dando continuidade aos debates iniciados na 31ª Reunião Brasileira de Antropologia, em Brasília, este Grupo de Trabalho aborda a relação entre as diversas malhas governamentais e seus efeitos na condução da vida cotidiana. Especificamente, interessa-nos os efeitos que geralmente são traduzidos como sofrimento, tanto pelos sujeitos que experienciam essa condição afetiva quanto pelos discursos que compõem o aparato governamental e seus modelos de gestão de corpos, populações e territórios. Ou seja, situações de pesquisa cujo nexos está exatamente em situar o sofrimento tanto nas tramas que conformam o aparato governamental em seus mais variados setores, órgãos e instituições, quanto no modo pelos quais os sujeitos se movem por tais emaranhados estatais. Nesse sentido, por um lado, procuramos reunir neste GT, investigações atentas etnograficamente aos modos pelos quais as instâncias estatais induzem (ou refreiam) o sofrimento (físico, moral ou subjetivo) das populações que visam governar, num entrecruzamento cujo móvel está nas práticas de controle, cuidado, intervenção, perscrutação e/ou extermínio de corpos, relações e territórios. Por outro lado, a fim de escrutinar os limites éticos de pesquisa em tais condições - assim como os desafios de uma escrita antropológica da dor que não reincida ela mesma na classificação maciça do sofrimento -, daremos prioridade às reflexões metodológicas e políticas nas quais a antropologia e as ciências sociais sejam o próprio foco de atenção.

Entre guerras e rede de mulheres: considerações sobre o ?problema? da ?Retirada compulsória? de bebês em Belo Horizonte

Autoria: Ariana Oliveira Alves (UNICAMP)

A proposta de comunicação oral refere-se a alguns excertos da pesquisa de mestrado, concluída em março de 2020. Naquela ocasião tomei como objeto de análise o que foi convenionado como ?afastamento?, "separação compulsória" ou ?sequestro? de bebês em Belo Horizonte (MG). Para tanto, lancei olhar aos jogos de acusação, denúncias e normativas que produzem e disputam práticas de gestão em torno de determinadas maternidades e populações. De maneira geral, o objetivo da dissertação constituiu-se em explorar dois dispositivos da construção política e social de um ?problema? em torno da ?separação compulsória?. Em uma primeira dimensão, busquei analisar tanto a gramática dos direitos quanto de gênero que produz as mães, como ?vulneráveis? e/ou ?perigosas?. E que por sua vez forja uma segunda dimensão. Essa ao engendrar disputas nas formas de conceber, classificar e gerir o ?problema?, sobretudo, através da criação de uma ?rede? de apoio e articulação, organizada a partir da identificação social à categoria ?Mães órfãs?, coloca em disputa na arena pública noções de ?direitos? e ?violações?, a partir de um entendimento bastante específico de maternidade. Ou seja, ao analisar a constituição deste ?problema? como uma ?causa?, dei especial atenção à ?rede mães órfãs? e suas estratégias e engajamento, sobretudo, na formulação e



denúncia do tema como uma causa pública grave e urgente de "violação de direitos". Isso posto, inspirada pelo tema do GT, tais discussões estão ancoradas nas articulações entre técnicas de gestão e as formas pelas quais instâncias estatais atuam diretamente no sofrimento das populações que visam governar e gerir. A fim de explorar tais conexões, nessa presente comunicação, buscarei explicitar as articulações em/da "rede Mães órfãs" e às contradições que conformam esse processo, para tanto apresentarei narrativas e relatos em que poderemos perceber as disputas institucionais travadas entre as diversas instâncias estatais. Segundo os relatos das participantes da pesquisa, muitas mães e seus bebês foram "separados arbitrariamente" sem haver a comprovação de maus tratos. Consequentemente, elas alertam que as filas de espera nas instituições de acolhimento em abrigos se tornaram ainda maiores e, segundo relatos das próprias mães, estas eram impedidas de sair da maternidade com seus filhos, mesmo com a alta médica. Ademais, as entrevistadas também afirmam que, após a expedição da Portaria nº 03/2016, ampliaram-se os relatos de mulheres que "fugiram" das maternidades com seus filhos e diversas mulheres que não buscaram atendimento do pré-natal nos Centros de Saúde ou deixaram a cidade para ter seus filhos, por receio de "perderem" seus bebês.



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: